

Política de programas integrados em áreas prioritárias do Nordeste *

MÁRIO LACERDA DE MELLO

Destina-se o presente documento a oferecer alguns subsídios ao estudo da economia espacial, aplicada à problemática do desenvolvimento do Nordeste. Sua parte principal e de interesse em política econômica será o enfoque da necessidade de programações integradas em áreas selecionadas, como instrumento complementar de abordagem planejada dos problemas regionais.

Compreenderá:

- 1.º — definição da Grande Região Nordeste e exame de sua posição dentro do conjunto Territorial brasileiro;
- 2.º — focalização dos fatores que se opõem a um maior rendimento dos planos setoriais na região;
- 3.º — função dos programas complementares com base territorial seletiva.

Compreende-se hoje, generalizadamente e de modo tranqüilo, sob a designação de Região Nordeste a parcela do espaço territorial brasileiro que se estende pelos Estados marítimos do Maranhão à Bahia. Esse entendimento desrespeita a divisão regional do Brasil oficialmente adotada desde 1942, que vai, assim, caindo em desuso.

Cometeremos atentado semelhante. A divisão oficial em vigor não mais atende aos seus objetivos. Além disso, documentos oficiais de maior responsabilidade contribuem para criar ou aumentar certa desordem quanto à delimitação e a designação das grandes unidades do espaço nacional. Esse ponto merece algumas linhas, quando se escreve para pessoas interessadas no papel dos fatores espaciais no desenvolvimento.

A repartição regional vigorante oficialmente, em vez de contribuir para a melhor sistematização e maior expressividade das estatísticas e dos estudos referentes ao Brasil, está ocasionando embaraços ao uso do acervo de informações sobre o país. Os estudos, já amplos e valiosos da SUDENE, a principal agência federal atuando na região nordestina, abrangem um Nordeste que compreende áreas de duas das grandes regiões brasileiras, no conceito oficial. Outro fato significativo, no particular, é o uso generalizado da expressão "Região Centro Sul", de sentido vago e equívoco. Cremos haver sido empregada pela primeira vez em 1959, como designativo de área tomada para servir de termos de comparação com o Nordeste. Apareceu, assim, no documento básico em que se fundamentou a criação da SUDENE, intitulado "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", para indicar estranhamente toda a área considerada na divisão em vigor como "A Grande Região Centro Oeste" e "Região Leste Meridional". O mesmo documento encerra outros atentados à aludida divisão regional oficial: desloca para o Nordeste Sergipe e Bahia, e retira do Nordeste os Estados do Piauí e Maranhão. Depois disso, tornou-se freqüente

* Conferência pronunciada no "Seminário sobre Pólos de Desenvolvimento". Recife, 19/9/1966.

falar de "Centro Sul" sem qualquer idéia precisa quanto à área a que a designação poderia corresponder.

Essas impropriedades e motivos outros (caso da posição singular do Estado de São Paulo, que integra a grande Região Sul da divisão oficial), bem como os efeitos que acarretam, constituem algumas das razões que demonstram a necessidade de uma redivisão regional do país. Nela devemos estar interessados todos os que desejamos uniformidade conceitual e terminológica para referências básicas em nossos trabalhos. Os que fazem a SUDENE terão um interesse especial. Para efeito de referência neste documento e, ao mesmo tempo, como subsídio a futuros estudos, deixamos fixada uma indicação quanto ao reagrupamento regional dos territórios dos Estados de certa expressão demográfica. Seria o seguinte esse grupamento:

- Grande Região Nordeste, dividida em:
 - Região Nordeste Ocidental com os Estados do Maranhão e Piauí;
 - Região Nordeste Oriental, com os Estados marítimos do Ceará até Alagoas, e
 - Região Nordeste Meridional, com os Estados de Sergipe e Bahia;
- Grande Região Sudeste, dividida em:
 - Região Sudeste Oriental, com os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Guanabara, e
 - Região Sudeste Meridional, com o Estado de São Paulo;
- Grande Região Sul, com os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O critério fundamental da indicação é o de que a divisão do país deve apoiar — se não apenas no conceito de região natural mas nos aspectos pre-valetentes do complexo geográfico de grandes conjuntos territoriais, sejam tais aspectos os do quadro natural, sejam os do quadro humano. No caso do Nordeste, em sua nova delimitação, os grandes característicos individualizadores não deixarão de apoiar-se nas condições naturais, predominantemente as do setor climático, mas estarão referidos sobretudo a fatos das categorias envolvidas na problemática geral da região, quais sejam os relacionados com o povoamento, a organização do espaço, os quadros econômicos e o nível de desenvolvimento.

A visualização mais geral, de natureza demográfica, sobre o território e o país, distingue duas grandes partes, a de graus muito baixos de povoamento (Grandes Regiões Norte e Centro Oeste) e a de graus apreciáveis de povoamento (Grandes Regiões Nordeste, Sudeste Sul). Se a visualização, também muito geral, fôr quanto aos quadros econômicos, duas grandes partes poderão igualmente se distinguir a de graus apreciáveis de desenvolvimento (Grandes Regiões Sudeste e Sul) e o de graus muito baixos de desenvolvimento (Grandes Regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste). Em suma, segundo a linguagem adequada aos padrões brasileiros — o Sudeste e o Sul são bastante povoados e bastante desenvolvidos; o Norte e o Centro Oeste, pouco povoados e pouco desenvolvidos; e o Nordeste, bastante povoado e pouco desenvolvido, participa do característico demográfico do Sul e Sudeste e do característico econômico do Norte e do Centro Oeste.

É exatamente da conjugação, na grande região nordestina, desses dois característicos ou dessas duas realidades, a econômica e a demográfica, que resulta a grande e complexa problemática regional. A ela se prendem a baixa produtividade geral de seu contingente de forças humanas de trabalho e as implicações desse fato, expressas em baixa capacidade de consumo ou em baixíssimos níveis de vida. Isso, em uma ordem de grandeza que, expressa não em número de quilômetros quadrados mas em número de seres humanos atingidos, significa uma terça parte do Brasil.

Com êsses pontos, que sintetizam a posição do Nordeste face às demais grandes regiões constitutivas do espaço brasileiro, relacionam-se índices comparativos desfavoráveis como os referentes à renda média por pessoa, à proporção e estrutura da população economicamente ativa, à produtividade relativa do trabalho nos setores primário e secundário, à renda por pessoa nos diferentes grupos de atividades, todos indicadores do baixo estágio da evolução econômica regional.

Não caberia aqui uma análise dos fatores responsáveis pelo desequilíbrio do crescimento econômico da Grande Região Nordeste, no cotejo com as duas outras grandes regiões brasileiras de maior expressão demográfica, o Sudeste e o Sul. Um estudo detido, a partir da gênese do fenômeno, haveria de identificar preliminarmente a fase da história econômica nacional em que êle começou a ocorrer. Parece certo relacionar-se, em sua evolução, com o período de predominância do café na economia brasileira. Seu agravamento maior ocorreu nos últimos anos, correspondendo ao processo de crescimento econômico do país com participação maior do setor industrial.

Em reunião do tipo da presente, conviria tocar, rapidamente, embora, em alguns fatores ligados às condições e recursos naturais que possibilitavam a aceleração do crescimento econômico nas regiões Sul e Sudeste. Possuem essas regiões quadros climáticos e edáficos mais aptos a servirem de sustentáculo a uma estrutura econômica rural mais robusta e estável, com efeitos conhecidos, especialmente no caso do café. Essa estrutura, por si e pela sua capacidade de capitalização direta ou indireta, constituiu pré-condição para o advento do período industrial.

Pré-condição para êsse advento residiu também nos recursos naturais dos setores energético e mineral. Para não falar nos do subsolo, bastaria lembrar as facilidades oferecidas pela infra-estrutura fisiográfica para a criação de um parque energético dentro ou próximo das duas áreas mais capazes de exercer a função noduladora, polarizadora, do crescimento econômico. Estamos aludindo às condições geomorfológicas e hidrográficas da região da Serra do Mar, especialmente no trecho São Paulo — Rio de Janeiro. O caso particular do aproveitamento do desnível da escarpa de Cubatão, como base energética para o advento da industrialização paulista em larga escala e com a função que tem tido na economia brasileira, seria exemplo dos mais válidos para uma reflexão sobre o papel dos recursos naturais na formação dos quadros econômicos. Tão válido êsse exemplo para tal reflexão quanto o da existência da queda de Paulo Afonso em relação às possibilidades de desenvolvimento do Nordeste.

Diversamente do que ocorreu nas duas outras grandes regiões de espaço brasileiro ponderavelmente ocupado, as condições naturais oferecidas pelo seu trecho nordestino oferecem limitações muito severas. As principais derivam principalmente dos seguintes fatos:

- a. grande extensão da zona de clima semi-árido;
- b. pequena proporção e dispersão relativa das áreas de solos de elevada produtividade com topografia favorável;
- c. muito pequena proporção das manchas favorecidas ao mesmo tempo pelas condições edáficas e pelas condições climáticas;
- d. escassês e posição desfavorável de potencial hidrenergético.

Sabemos todos quanto o desenvolvimento depende dos recursos naturais associados intimamente às formas e técnicas de sua utilização. Durante séculos, essas formas e técnicas de utilização de recursos no Sudeste e Sul do Brasil, de um lado e, no Nordeste, do outro lado, não pautaram em intensidade e extensão capazes de dar oportunidade aos estímulos e às restrições do meio natural

aos dois grandes conjuntos regionais brasileiros. Em sua maior parte, eram apenas potenciais os graus de favorecimento e desfavorecimento. A partir, entretanto, da época em que a ocupação humana com as contingências históricas do povoamento, o adensamento demográfico, a evolução econômica e o progresso tecnológico passaram a fazer apêlo mais profundo aos recursos naturais, surgiram inapelavelmente os efeitos da desigualdade de sua distribuição. O Nordeste teria de ser desfavorecido. Criou-se o descompasso ou o desenvolvimento desequilibrado dentro do grande espaço mais povoado do país.

Dizer ou constatar isso, não significa dizer tratar-se de fenômeno que as condições naturais tornem irreversível. As próprias formas técnicas de uso de recursos naturais, responsáveis pelo desequilíbrio inter-regional no presente, poderão, sob o influxo de numerosos fatores, assumir feições que as tornem capazes de atenuar ou neutralizar os elementos limitativos do meio natural no destino. Esse é um dos sentidos de todo o nosso esforço de desenvolvimento.

A complexidade da problemática nordestina criou, no domínio metodológico, a problemática de planejamento regional do Nordeste, que ainda continua sendo um desafio aos especialistas. Para suas dificuldades contribuem, entre outros fatores, a extensão do espaço regional. A superfície é superior aos padrões médios ou mais freqüentes de área, não de uma região dentro de um país, mas de territórios nacionais no mundo inteiro. Dentro desse espaço, diversificam-se condições para formarem unidades e subunidades regionais individualizadas sem suas realidades naturais ou em seus característicos humanos. Mas, em nenhuma parte, deixa de estar presente, como peculiaridade geral e de maior força em toda a região, o subdesenvolvimento econômico.

Com os recursos técnicos, materiais e humanos de que se dispõe, não é fácil elaborar e executar planos eficazes para 1,6 milhões de quilômetros quadrados de superfície, variavelmente mas continuamente subdesenvolvida. A simples consideração do fator distância, implícita na noção de espaço, e os encargos que acarretam em setores como o dos transportes, o da energização e o da mercadização estaria a indicar o caráter negativo do potencial de extensão pelo seu efeito agravador dos problemas e pelas dificuldades que gera para sua solução. Quando é pouco válido ou pouco capaz de manter comunidades, como é freqüente no Nordeste, o espaço se opõe à integração espacial.

Essas dificuldades decorrentes da magnitude da extensão territorial regional às limitações das condições naturais referidas há pouco. Acrescentam-se os elementos restritos inerentes às condições humanas, especialmente quanto aos padrões sócio-culturais e quanto à possibilidade de motivação de comunidades, e teremos os grandes traços de um quadro que é, ao mesmo tempo, expressão sintética dos problemas da região e das dificuldades a serem enfrentadas pelo planejamento destinado à sua solução.

Especialistas de grande competência e renome internacional, capacitados da complexidade da problemática nordestina chegaram a advertir lisamente não dispôr a ciência econômica de modelos já provados que facilitassem a orientação, ou que permitissem maior segurança aos trabalhos de elaboração de planos, e à criação de instrumentos de ação destinados às realidades nordestinas. Era natural, portanto, que um órgão como a SUDENE, tivesse suas vacilações quanto às diretrizes e à estrutura de seu planejamento ou cometesse certas impropriedades e até certos erros para, com o tempo e dado o caráter dinâmico da programação, ir fazendo as revisões necessárias.

A atuação da grande agência de desenvolvimento regional, que terminou por se impor dentro do país e fora dele, desenvolve-se em duas grandes direções: a da coordenação dos investimentos de recursos públicos, na região, e a da administração de um elenco de incentivos financeiros aos empreendimentos do setor privado. Como se sabe, os planos diretores trienais, além de conterem a disciplina de aplicações desses incentivos, encerram, em sua parte orçamen-

tária, que serve de base a orçamentos — programas anuais — uma discriminação de aplicações setoriais a que corresponde até certo ponto, a estrutura administrativa da entidade. Contemplem-se, dêsse modo, os setores da Infra-estrutura, dos Recursos Naturais, dos Recursos Humanos, da Agricultura e Abastecimento, da Industrialização e dos Programas Especiais.

A experiência é válida. Mas, por expressivos e animadores que sejam seus resultados, eles representam muito pouco caminho percorrido face ao que existe a percorrer. É tempo de inventariarem-se êsses resultados em seu aspecto positivo ou naquilo que representa contribuição para a solução, como é oportuna uma verificação de falhas e imperfeições ou mesmo insucessos. As conclusões serviriam de base ao aprimoramento da política e do sistema de planejamento desenvolvimentista em vigor.

É de reconhecer-se necessário, até imprescindível, ou mesmo inevitável, o preenchimento de uma base setorial para as programações, tal como vem acontecendo. Nesse ponto, a colaboração da crítica poderia referir-se a certa falta de uma articulação entre os programas ou orçamentos-programa dos diferentes setores, que se não apresentam interligados ou interajustados. Uma outra apreciação poderia aludir ao desequilíbrio entre os quantitativos de meios destinados aos diferentes setores, ou subsetores, à vista da situação presente de cada um e do respectivo papel no sistema geral desenvolvimentista.

Ainda que corrigida e aprimorada, não há como evitar que a programação com base apenas setorial, tenha seu rendimento afetado pela extensão da região e pela magnitude do problema, estando longe de encontrar correspondência no volume global dos recursos mobilizáveis. Fazendo-se inevitável, a dispersão compromete freqüentemente os resultados das aplicações.

Também, em si mesmo, compromete o rendimento do esforço desenvolvimentista no Nordeste, o inevitável caráter setorialista do planejamento. É sabido que o desenvolvimento, para ser verdadeiro e possuir segurança, requer o apoio umas nas outras e a interação de atividades, de setores diferentes. Resulta evidente que a resposta às programações a êle destinadas dependem, em grande parte, do grau de integração que essas programações possam apresentar. Integração não apenas no âmbito econômico, também no campo social em seu sentido mais lato, não só pelo caráter humanístico dos objetivos como pela importância do papel dos fatores sociais e institucionais no desenvolvimento econômico. Integração na medida necessária para que o programa global pudesse ser considerado um todo constituído de partes interdependentes e solidárias.

Mas a presença de caráter integrativo nesses termos não seria possível em um plano global para o Nordeste. A ela se opõem a extensão da área regional, as variações espaciais de suas realidades e problemas, a magnitude e complexidade com que se apresentam êsses problemas, bem como a ordem de grandeza dos recursos materiais, técnicos e humanos, possíveis de ser mobilizados para enfrentá-los.

Emerge de todos êsses fatos e motivos a conveniência de uma filosofia de ação que contemple também uma política de programações integradas em áreas selecionadas.

A lado da ação que exerce através dos programas setoriais e da administração do incentivos, e coordenadamente com ela, a SUDENE passaria a executar programas integrados em unidades espaciais selecionadas e bem definidas, com dimensões em correspondência com volume de recursos alocáveis para cada caso. Não seria das mais simples a tarefa de seleção e dimensionamento.

Parêntese para advertir, sem perda do nosso aprêço e respeito para com a SUDENE, que não se aplicaria à hipótese, o critério da escolha e delimitação com base nas linhas de bacias hidrográficas, como aconteceu no caso do programa especial do Vale do Jaguaribe. Êsse exemplo, compreendendo uma superfície

excessivamente grande (superior a 75 000 quilômetros quadrados, equivalente à metade da do Estado do Ceará e bem maior que a de qualquer um dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe) não é capaz de evitar os inconvenientes apontados da dispersão espacial de recursos. Além disso, em princípio, a área de uma bacia está longe de poder representar unidade geográfica, seja quanto às condições naturais seja quanto às realidades humanas e econômicas. É uma unidade apenas hidrográfica ou de drenagem. Maior unidade possui, por exemplo, o conjunto das terras das bacias inferiores dos principais rios da zona úmida de Pernambuco do que a bacia inteira de qualquer delas, que se estende pelas regiões da Mata e do Agreste.

A tarefa de seleção, dimensionamento e delimitação das áreas destinadas a programas integrados é das que exigem o trabalho de um grupo de constituição interdisciplinar, onde o geógrafo teria função relevante. Os critérios para esse trabalho devem ser cuidadosamente estabelecidos. Ponto de partida mais geral poderia ser a repartição dos contingentes humanos. Como essa repartição confere ao território do Nordeste a feição de verdadeiro arquipélago populacional, uma seleção preliminar poderia ser feita entre as ilhas ou manchas de maior adensamento demográfico.

Outro critério a ser adotado seria o do grau de favorecimento das condições e recursos naturais especialmente quanto a solo e água. Nesse ponto, a tarefa seria facilitada pela coincidência, em traços gerais, do mapa de chuvas com a carta de repartição das populações. Esses elementos seriam combinados com os referentes ao arcabouço infraestrutural de transportes e energia, com o fator posição face aos mercados consumidores e com elementos outros que pudessem interessar no exame geral, destinado a apurar as possibilidades de resposta satisfatória e um planejamento vertical integrado. Atenção muito especial haveria de ser dada aos centros de concentração das atividades do setor terciário, a somar-se às demais condições ou potencialidades existentes para a expansão das atividades produtivas dos setores secundário e primário. Tudo isso, em escala de espaço poderia ir até ao microrregional.

A aplicação desses critérios seletivos não teria necessariamente a preocupação de áreas constitutivas de "regiões homogêneas", no sentido dado por Rochefort a essa designação. Não seria, com efeito a homogeneidade o interesse central. O interesse central seria o grau de favorecimento efetivo ou potencial de condições naturais, humanas e econômicas para oferecer resposta positiva ao impulsionamento desenvolvimentista. Em certos exemplos, conviria até que a área selecionada contivesse espaço diversificados qualitativamente em suas aptidões produtivas. A diversificação poderia condicionar uma complementaridade de efeitos estimuladores.

As vantagens básicas de uma política de programações, integradas com base territorial seletiva no Nordeste, residiriam em um possível rendimento maior do sistema programático e em sua contribuição para a integração espacial da região. Trata-se, em verdade, de mobilizar estímulos e esforços em harmonia com uma tendência geral do processo de crescimento demográfico e de crescimento econômico. O que parece, é que, em essência, todo desenvolvimento tem feição seletiva, não só quanto às formas e técnicas de atividades, como também quanto ao espaço. As programações integradas sugeridas, indo ao encontro dessa tendência, poderiam conferir-lhe maior dinamicidade e disciplina.

A sugestão de uma política seletiva de áreas preferenciais de programação, que figura em trabalhos de nossa autoria divulgados em 1962, ("Nordeste, Planejamento e Geografia" e "A Colonização e os Problemas Agrários do Nordeste") tem oportunidade quando se deseja um suporte também de economia espacial para o planejamento regional nordestino. Em seu III Plano Diretor, a SUDENE insere esse suporte como um de seus novos métodos de abordagem do desenvolvimento da região. No mesmo documento também figura como nova forma

de abordagem “o melhor aproveitamento dos recursos humanos locais através de programas de ação comunitária que visem a integrar as comunidades no processo de desenvolvimento”. Os dois aspectos são complementares. As programações integradas de base seletiva sugeridas harmonizar-se-iam e ajustar-se-iam ao primeiro desses característicos. Ao mesmo tempo propiciariam a desejada participação das comunidades locais no processo e no esforço desenvolvimentista.

Basta aludir ao relacionamento da sugestão com a política de pólos de crescimento, tema do presente seminário, que figura como terceira nova forma de abordagem, constante do documento em que se apresenta o III Plano Diretor. Mais uma vez as teses, em vez de se divergirem ou se chocarem, se harmonizam, se ajustam e se completam. Fizemos referência aos critérios a serem adotados para seleção, dimensionando e delimitando as áreas destinadas às programações integradas.

Entre aqueles critérios, figura o de conterem as áreas referidas, um centro capaz de exercer função polarizadora ou gravitacional, tanto no tocante ao enquadramento de atividades do setor terciário como no referente à localização de unidades do setor secundário.

Entre o procedimento aqui sugerido para o Nordeste e o que resultasse de critério baseado na teoria dos pólos de desenvolvimento (Perroux, Boudeville) ou apoiados na identificação de centros de Serviços (Rochefort), há diferenças metodológicas, mas existe uma unidade básica quanto ao entendimento da importância do papel da variável espacial no crescimento econômico. Tais diferenças de métodos não implicarão em antagonismos que prejudiquem ou comprometam sua aplicação simultânea na abordagem desenvolvimentista. No caso nordestino, o conhecimento que temos da região permite constatar que, pelo menos em seu maior número, os “pólos” e os centros de serviços, de grandeza adequada coincidiram nos mesmos pontos da rede urbana. Estes pontos, a seu turno, se situariam embora em um bom número de casos dentro daquelas áreas preferenciais de programação integrada que fossem selecionadas na forma sugerida.

Examine, para uma idéia a respeito, a coleção de cartogramas sobre a organização urbana do Nordeste (Maranhão à Bahia) constante do estudo preparado pelo Conselho Nacional de Geografia, sob a orientação de Lysia Bernardes, para o trabalho ainda inédito sobre ‘Recursos e Necessidades do Nordeste’, de iniciativa do (BNB) e direção de Fernando Mota, o mesmo eficiente cientista regional que coordenou o presente seminário. As cartas referentes ao raio de ação do comércio varejista, aos centros de comercialização da produção agrícola, aos centros de distribuição de artigos para a lavoura e aos tipos dimensionais dos centros de serviços, confirmam a existência freqüente de centros de enquadramento do setor terciário dentro de áreas que apresentam outras condições favoráveis a programações integradas. Alguns exemplos são muito conhecidos o de Parnaíba, o de Mossoró, o de Crato-Juazeiro, o de Petrolina-Juazeiro da Bahia, o de Arcoverde, o de Caruaru, o de Garanhuns, o de Campina Grande, o de Feira de Santana, o de Ilhéus-Itabuna.

Diremos mais — as realidades regionais, os característicos da problemática nordestina e os objetivos dos programas integrado indicam que os critérios de divisão deverão ser dirigidos mais para a escolha de áreas do que para a escolha de pontos.

Os “centros”, “pólos”, “focos” ou “nódulos”, ajudariam na seleção das áreas e as integrariam com funções capitais (funções diretoras ou de cabeça urbana) mais dinamizadas pelas programações. Porém isso não seria possível, nem a programação teria segurança, se tais pontos não se apoiarem no desenvolvimento de uma hinterlândia ou *arrière-pays* de sua influência mais direta e imediata.

A necessidade de eleição de áreas e não apenas de centros urbanos liga-se também à própria natureza das programações integradas em espaços circunscritos. Elas se dirigiriam, no domínio produtivo, tanto às atividades secundárias quanto às do setor primário. Em muitos casos, as condições locais o imporiam, mesmo que fôsse dada ênfase ao mundo rural, tão carente de transformação renovadora no Nordeste inteiro. E não esquecer que constituiria pecado mortal deixar êsse setor aos azares dos efeitos induzidos. Entre numerosas e importantes razões, porque não é necessariamente o prevalescimento das atividades rurais em determinada região a causa do seu atraso econômico. Essa causa reside antes nas formas e nas técnicas com que se realiza e com que se merca-deja a produção primária.

Ademais, seria inadequado e utópico pensar em deslocar para o interior o movimento ainda incipiente de industrialização dos centros mais dinâmicos do Nordeste. O esforço deve ser no sentido de não deslocar, mas no de estender, o mais possível, o processo. Aquêles centros oferecem atração locacional eficaz, que não se deve procurar neutralizar enquanto forem concentrações de massas marginalizadas pelo desemprego e subemprego, oriundos, entre outros fatores de migrações centropostas provocadas pelas forças de repulsão de nossa frágil economia rural.

Uma política de sentido espacial adequado teria de ser globalista, compreendendo formas de abordagem na hinterlândia rural, na hinterlândia urbana, e nas capitais da Grande Região.

No tocante especificamente ao desenvolvimento rural, motivos vários reclamam uma concentração de maior atenção no domínio da economia d'água, sobretudo em lavoura irrigada. Não se pode esquecer que, graças às técnicas de irrigação, localizam-se hoje em regiões semi-áridas (e não em climas úmidos ou subúmidos) os melhores exemplos mundiais de agricultura evoluída. Trata-se da técnica com que mais se capitaliza e se torna intensiva a atividade rural. É também a que mais induz às demais práticas evoluídas.

Da função que se emprestasse à lavoura irrigada como base de programas integrados resultariam outras seleções de áreas. Por exemplo: o da região ribeirinha do São Francisco, servida por infra-estrutura de energia e de estrada, apta a uma combinação agrária de produtos de valor elevado por unidade do péso, espaço a ser centralizado em Cabrobó ou em Petrolina-Juazeiro; a do médio vale do Ipojuca servido, em linhas paralelas à do rio, pela infra-estrutura da ferrovia, da rodovia e da energia, apta a uma produção agropecuária intensiva em favor dos mercados locais e do abastecimento do Grande Recife, espaço a ser centralizado em Caruaru. Outros casos seriam os das bacias de irrigação dos grandes açudes públicos e os chamados vales úmidos do Rio Grande do Norte e Ceará.

De qualquer modo, as realidades nordestinas não aconselham rigorismo, exclusivismo ou ortodoxia de método, que seria menos fecundo do que uma combinação ou uma complementação de procedimento metodológico. As soluções teriam de ser variadas, e o programa com sua tônica adequada às realidades locais. Mas significariam sempre um esforço de adaptação, de domínio, de organização e de integração do espaço nordestino a serviço do homem.